

As reformas na Europa de Leste

Um ano após a grande mudança de 1989, o Leste da Europa descobre que a transição para a economia de mercado é amarga e dolorosa. Na Hungria, o nível de vida regressou aos níveis de 1973. Na Bulgária, país agrícola, a carne, a manteiga, o queijo ou o óleo foram racionados. Na Polónia, as medidas de liberalização dos preços provocaram uma forte recessão que já desempregou mais de um milhão de pessoas. Os próprios reformistas estão divididos entre adoptar um ritmo acelerado, para obter resultados económicos rápidos, ou proceder a uma transição mais lenta, com menores riscos de explosão social.

A ATRIBULADA DEMANDA DO

JOÃO MARTINS PEREIRA

MLADEN ANTONOV/REUTER



Entrou há dias em vigor uma ampla reforma económica na Checoslováquia, ao mesmo tempo que um novo sistema de pagamentos entre os países do ex-Comecon. Não vai longe o tempo em que naqueles países se ironizava com as "Reformas do 1º de Janeiro", tantas foram desde os tempos recuados de Kossyguine, sem que se lhes desse pelos efeitos. Mas depois do que se viveu na Polónia desde 1 de Janeiro de 1990, na RDA com a união à RFA, e um pouco por todo o lado, ao longo do último ano, a palavra "reforma" provoca hoje, passada a imensa esperança dos primeiros dias de liberdade, um misto de ansiedade e de receio pelo futuro. A "Time", pouco dada a sensacionalismos, dizia em Novembro, sobre essas reformas, que "a factura já paga não é nada comparada com o que está para vir. Está longe de ser seguro que todos os países possam — ou queiram — pagá-la". É caso para olharmos mais de perto para o que está em jogo, sem esquecer as diferenças sensíveis de país para país e que, contra a versão corrente, no ponto de partida não eram (excepto na Roménia) economias "devastadas" mas, em rigor, economias "aberrantes" segundo padrões ocidentais, embora em crescentes dificuldades. Mas, no conjunto, o produto "per capita" médio da zona era claramente superior ao português.

Organizar o caos

Tem-se querido comparar a situação actual nos países de Leste, umas vezes com a fase de reconstrução europeia após a II Guerra Mundial (reclamando até um novo Plano Marshall), outras com a passagem de ditaduras a democracia, nos anos 70, em

países como Portugal, Espanha e Grécia. Más comparações. Primeiro, porque em todos esses países, num caso como noutro, o sistema económico de mercado, mais liberal ou mais tutelado, há muito já estava implantado. E quanto aos sacrifícios suportados pelas populações no pós-guerra, esquece-se que elas vinham de tais sofrimentos e privações que o processo de reconstrução só lhes podia trazer constantes melhorias.

Ora um sistema de mercado é algo como um "caos organizado", em que as decisões de milhões de indivíduos, orientadas pelos preços de mercado e balizadas por um quadro legislativo (direito de propriedade, das sociedades, do trabalho, fiscal, etc.) conduzem a uma certa forma de afectação de recursos (humanos, técnicos, financeiros) e a um certo tipo de equilíbrios económicos e sociais, sujeitos embora, como se sabe, a flutuações e crises mais ou menos acentuadas. Esta "organização" resulta de um processo histórico que levou séculos, pelo que não é possível identificar um "caos inicial" de onde tudo tenha partido.

O problema que se coloca hoje aos países de Leste é simplesmente inédito: o de instaurar esse "caos inicial" para, no mais curto prazo, o "organizar" (ou tentar fazer as duas coisas em simultâneo). O que, efectuado sobre os escombros de um "sistema anterior" próximo, irá suscitar comparações ao cidadão comum e resistências aos que dele colhiam poder e privilégios.

Um sistema fechado

Não é inútil recordar o modo de funcionamento de um sistema económico de "comando central", o tal sistema anterior que

vai estar presente, em negativo, em todo este processo. Basicamente, ele assenta na propriedade estatal de todos (ou quase) os meios de produção, distribuição e serviços, e na afectação centralizada de recursos, segundo um Plano que reflecte as prioridades políticas de um partido único, que com o Estado se confunde. Ao determinar quem produz o quê, quem fornece a quem máquinas e matérias-primas, como tudo isso é transportado e distribuído, e ao fixar preços e salários, o Estado está a planificar os "excedentes", de que se vai servir para investir, alimentar o aparelho político-administrativo e subsidiar actividades com "prejuízo planificado". A fechar o sistema, o monopólio estatal do comércio externo impedirá as perturbações decorrentes dos preços internacionais e da entrada de bens "não planificados". Importa notar que os preços internos resultam de decisões centrais de afectação de recursos, enquanto nos sistemas de mercado induzem as decisões individuais dos "agentes económicos".

São bem conhecidos mil exemplos das disfunções e carências a que conduziram tais sistemas. Viciados pela obsessiva prioridade dada às indústrias pesadas (com atrofamento das de bens de consumo); emperados por uma imensa máquina burocrática; desequilibrados por inevitáveis inconsistências técnicas; rotinados pela conjugada desmotivação de dirigentes de empresa e trabalhadores; desacreditados perante os consumidores, foram subsistindo à custa da multiplicação de circuitos "paralelos" — e, em que alguns casos, também dos créditos ocidentais —, calados os recalcitrantes pela repressão política e os cidadãos em geral pelo controlo permanente em todas as esferas da vida social. Assim cristalizou uma socie-

dade a pouco a pouco a cracia...
A bloco até se mais tá sente...
tão par mesmo gavam preços serviços nos sa o dese família cassez que di dia que...
Ass o que s ço sov prefer com e gradu países 60 por "grand mente mento

Un nalista eléctric tas vez os ute de tra alargam pois de ram a rem p seguro cidadã Estad aguar mome maior se ma que ltiplica

Es amarg do a s Todos a "no essen dos p O

dos p merca bida c tes a Com lados de co to, en quan medicio os be viam const escaas pos a em c abast

DA DO MERCADO

dade a "dois níveis": uma massa de "nós", pouco diferenciada, face aos "eles" da burocracia partidária.

A aspiração democrática e a rejeição em bloco do sistema germinaram longos anos, até se poderem, enfim, exprimir nas ruas, e mais tarde nas urnas. Mas convirá ter presente que estes homens que arrancam então para as aventuras da "transição" são os mesmos que, ainda há poucos anos, não pagavam impostos, pagavam rendas de casa e preços de transportes muito baixos, tinham serviços sociais gratuitos (sem descontos nos salários), para além de desconhecem o desemprego. Quanto à inflação, só eram familiares com as suas formas "ocultas" (escassez de bens, bichas, etc.), não com aquela que directamente morde no salário, cada dia que passa.

Assinale-se, por fim, pois importa para o que se segue, que o alargamento do "espaço soviético" nos anos 40 gerou relações preferenciais dentro do Bloco, ao ponto de, com excepção da Hungria (já há anos em gradual abertura comercial ao Ocidente), os países de Leste fazerem ainda hoje mais de 60 por cento do seu comércio externo com o "grande vizinho", sendo dele quase totalmente dependentes em matéria de fornecimentos energéticos.

Os efeitos da transição

Um ministro húngaro contava a um jornalista do "Le Monde": "No meu bairro, o eléctrico passava de minuto a minuto. Muitas vezes vinha vazio, mas era prático. Hoje os utentes estão revoltados, pois a empresa de transportes, para se rentabilizar, decidiu alargar os intervalos." Na Polónia, pouco depois da liberalização geral dos preços, dezenas de milhares de automobilistas entregaram as chapas de matrícula, por não poderem pagar os novos preços da gasolina e dos seguros. Na ex-RDA, são muitos milhares os cidadãos vivendo em casas atribuídas pelo Estado, com rendas irrisórias, que hoje aguardam inquietos a chegada, a qualquer momento, dos antigos proprietários (na maioria fugidos para a RFA), em cujo nome se mantiveram os registos prediais: o melhor que lhes pode suceder é verem a renda multiplicada várias vezes, e poderem pagá-la.

Estes são apenas alguns dos incontáveis amargos de boca que as populações têm vindo a sentir neste primeiro ano de transição. Todos eles têm, de algum modo, que ver com a "nova lógica" do mercado, que incide, no essencial, em duas áreas cruciais: a "verdade dos preços" e a "privatização da economia".

O corte de subsídios e a liberalização dos preços, visando introduzir as "regras de mercado", levou, de uma forma geral, à subida em flecha dos preços (foram frequentes aumentos entre duas e cinco vezes). Com os salários controlados, se não congelados (caso da Polónia), a queda do poder de compra é drástica: entre 20 e 40 por cento, em 1990, conforme os países. Pior ainda quando os governos se limitam a anunciar medidas, que tardam em tomar: sinal precioso para os especuladores, que vão reter os bens para os vender na alta (ou os desviam para o mercado negro). E os próprios consumidores se defendem, reforçando a escassez: uma moscovita declarava há tempos a um jornalista que mal se pôde mexer em casa, com as divisões atafalhadas de abastecimentos.

Se a isto se vem juntar a pressão de uma oferta importada — por liberalização, ainda que parcial, do comércio externo —, em geral de melhor qualidade e menor preço, então o efeito é devastador para os produtores nacionais, sem hipótese de competir: paralisação ou encerramento de fábricas, despedimentos, numa palavra, desemprego. Caso-limite é a ex-RDA, onde simplesmente o comércio externo passou a interno, por integração na RFA, levando a uma queda da produção industrial de 50 por cento em menos de um ano.

No entanto, serão as medidas relacionadas com a "privatização" da economia certamente as mais gravosas a prazo para o emprego. Com efeito, a passagem a uma lógica privada de empresas, que antes se limitavam a "cumprir o Plano" sem riscos nem surpresas, é uma autêntica "revolução", a todos os níveis. E raros casos haverá em que ela não implique substanciais despedimentos. Ou é um parceiro estrangeiro que o impõe, ou, se não for ele, é a concorrência, nacional ou estrangeira.

Tal cirurgia tem feito retrair os governos (mesmo o polaco), que mantêm por enquanto a tutela de quase todas as empresas importantes. Diz-se que 1991 será o "ano das privatizações", daí que se prevejam milhões de desempregados no fim do ano. Um governante húngaro não esconde a sua inquietação: "[Nesse domínio] não temos apoio popular. Os húngaros querem o mercado, mas não o desemprego".

Entretanto, perante a indefinição legislativa, própria de governos de coligação fracos e pouco consistentes, e enquanto os investidores estrangeiros se retraem, por falta de interlocutores e de informações seguras, tem-se assistido ao aproveitamento da situação por numerosos ex-comunistas que, bem colocados no aparelho administrativo, "vendem" empresas, terrenos e edifícios como se fossem seus, negociam "joint-ventures" com estrangeiros, ou lançam mesmo as suas próprias empresas (no que são acompanhados pelos que ganharam experiência privada no mercado negro), tudo isto dando ao vulgar cidadão a desagradável impressão de que os privilegiados dos novos tempos irão ser os mesmos de ontem...

Enfim, as condições externas não têm ajudado. A crise do Golfo e a degradação económica na União Soviética estão a ter já dramáticos efeitos. Exemplos: na Bulgária, fazem-se bichas para velas, e a gasolina foi drasticamente racionalizada; na Hungria, o gigante estatal da electrónica e telecomunicações Videoton teve de reduzir a produção em 40 por cento e despedir 5000 trabalhadores, devido à queda drástica das importações soviéticas na área da electrónica militar.

Democracia improvável

O "caos" está, pois, em boa marcha. A questão está em saber se se irá a tempo de o organizar, sem excessivos sobressaltos.

PETER JOSEK



Na realidade, o que está em jogo, e de que as pessoas só aos poucos se darão conta, é uma crescente diferenciação social, por passagem de uma sociedade em que esta raiz radicada uma mentalidade igualitária (ao nível do "nós") a uma sociedade competitiva em que as desigualdades, não apenas salariais, serão fomentadas, e a cada um será dada a ilusão de poder conquistar a pulso riqueza e poder. Haverá mesmo quem veja nestes países autênticos "laboratórios liberais", em que todos partirão da mesma linha — e que ganhem os "melhores". Para o checo J. Rupnik, em livro recente: "[Se se quis] construir o socialismo em países sem proletariado, hoje trata-se de restaurar o capitalismo na ausência de uma burguesia." O certo é que, para a formação desta, como já vimos, são muitos os que partem com milhas de avanço.

Entretanto, no prosaico dia-a-dia, as condições de vida são ainda mais precárias do que antes. O futuro mais incerto. As miragens de um nível de vida alemão ou sueco mais distantes. As faltas de bens, e as bichas, essas são as mesmas. Mesmo os governantes, nalguns casos, pertencem ao grupo que já antes governava. E se não pertencem, é desse grupo que se vê despontar a "nova burguesia". Mais: em lugar de "decidirmos democraticamente os nossos destinos", pressente-se que se "está a vender o país aos estrangeiros" ou a viver da sua "esmola".

Compreende-se que os povos que vivem esta experiência avaliem assim a sua situação. Não têm obrigação de conhecer os mistérios dos sistemas económicos, muito menos os da transição entre eles. Nada de mais natural que busquem confortos, apontem "bodes expiatórios", clamem por

"ordem" — ou se raspem, se puderem.

Se o conforto religioso, só por si, pode não ser grave, o do "orgulho nacional" (que facilmente desemboca no ódio étnico e na xenofobia) é portador de violências e confrontos sem fim, numa zona em que tensões antigas se mantiveram latentes durante décadas. Por "ordem" clamam muitos desiludidos, pensando ingenuamente que ela lhes atenuará as privações. Mas a ela aspiram, por outras razões, os velhos homens de aparelho, os investidores e financiadores estrangeiros (a começar pelo FMI, defensor das "terapias de choque", à polaca, cujos custos sociais bem conhece). É assim que, curiosamente, se vai desenhando um certo consenso quanto à necessidade premente de um reforço do Estado, o que faz lembrar as ilusões iniciais das revoluções socialistas que, também elas, viviam a prazo um "Estado mínimo"... Governos apartidários, líderes carismáticos, equipas de tecnocratas ultraliberais — tudo isso vai surgindo aqui e ali, criando condições para um populismo de pulso forte, de resto nas boas tradições de muitos destes países. Em distintos contextos, Walesa, Ieltsin, o novo governo búlgaro, serão um pouco disso tudo.

A revista "Esprit" titulava há meses um artigo: "Comunismo impossível, democracia improvável". O que pode apenas significar que os países de Leste, pelo menos alguns, terão talvez de trocar a liberdade ganha em noites memoráveis por um vídeo ou um CD daqui a oito ou dez anos. Os sistemas de mercado nem sempre se puderam dar ao luxo da democracia. E tudo indica que os impacientes meios de negócios ocidentais não farão disso cavalo de batalha. ■